

O Mercado de Trabalho Brasileiro na Era Neoliberal

Ricardo Dathein*

Resumen:

El trabajo analiza en comparación el mercado de trabajo brasileño en las etapas desarrollista (1940-1980) y en la etapa neoliberal actual (después del año 1980). El carácter estructurante de la primera etapa es distinguido, a pesar de esta tendencia no se ter completado. Se realiza el comportamiento del segundo período, con el aumento de la subutilización de la mano de obra, del desempleo y de la informalidad, e con el estancamiento de la tendencia anterior de aumento del grado de assalariamento. También se discute el estancamiento de los ingresos medios y del salario mínimo, aunque este último presente crecimiento constante en los últimos diez años, e el bajo crecimiento de la productividad. Finalmente, se muestra una mejora de indicadores sociales en los años 1990 y 2000, provocada por una fuerte intervención social del Estado en el período. De esta manera, se concluye que el mercado de trabajo brasileño en la Era Neoliberal pasó por un proceso de desestructuración, o qué significa una intensificación de las características del subdesarrollo en la economía brasileña. Esto estaría ocurriendo debido a la construcción, en contraste con el Estado Desarrollista anterior, de un Estado mínimo en términos de capacidad de planeamiento, de inversiones y de la intervención en el mercado de trabajo, exactamente o que es necesario en países subdesarrollados para la superación de esta condición.

Palabras clave:

Economía brasileña; Mercado de trabajo; Era Neoliberal

Introdução

O mercado de trabalho brasileiro tem passado por transformações importantes nos últimos vinte e cinco anos, as quais em muitos aspectos significam um retrocesso em relação a um padrão estruturante vigente da etapa

* Professor Adjunto de Graduação e Pós-Graduação em Economia e Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)/Porto Alegre/Brasil. E-mail: ricardo.dathein@ufrgs.br.

desenvolvimentista anterior. Entre 1940 e 1980, o mercado de trabalho apresentou desempenho positivo, com grande geração de ocupações no núcleo capitalista e com abertura de possibilidades de ascensão social, apesar de manter alta concentração de renda e baixos salários. Após 1980, com a desestruturação do padrão desenvolvimentista, o mercado de trabalho regrediu, com maior precarização, forte aumento do desemprego aberto e estagnação salarial.

O objetivo desse trabalho é evidenciar como o padrão de desenvolvimento atual não tem capacidade de gerar ocupações suficientes e com qualidade para a força de trabalho, de forma que o caráter subdesenvolvido da economia brasileira tem aumentado. Para tanto, faz-se uma análise da estruturação do mercado de trabalho na Era Desenvolvimentista e de sua posterior desestruturação, com o exame da evolução da subutilização da mão-de-obra, da informalidade, do grau de assalariamento e do desemprego. Além disso, faz-se uma apreciação sobre a evolução dos rendimentos médios, do salário mínimo, da produtividade e de indicadores sociais. Constata-se que ocupações geradas como estratégias de sobrevivência têm preenchido a insuficiência da demanda capitalista no mercado de trabalho, enquanto o desemprego aberto elevou-se fortemente e estruturalmente. Na conclusão, discutem-se os motivos desse desempenho e as alternativas ao padrão atual de desenvolvimento, destacando-se a necessidade da recuperação do caráter estratégico da atuação do Estado enquanto investidor, planejador e estruturador do mercado de trabalho.

A estruturação e a desestruturação do mercado de trabalho

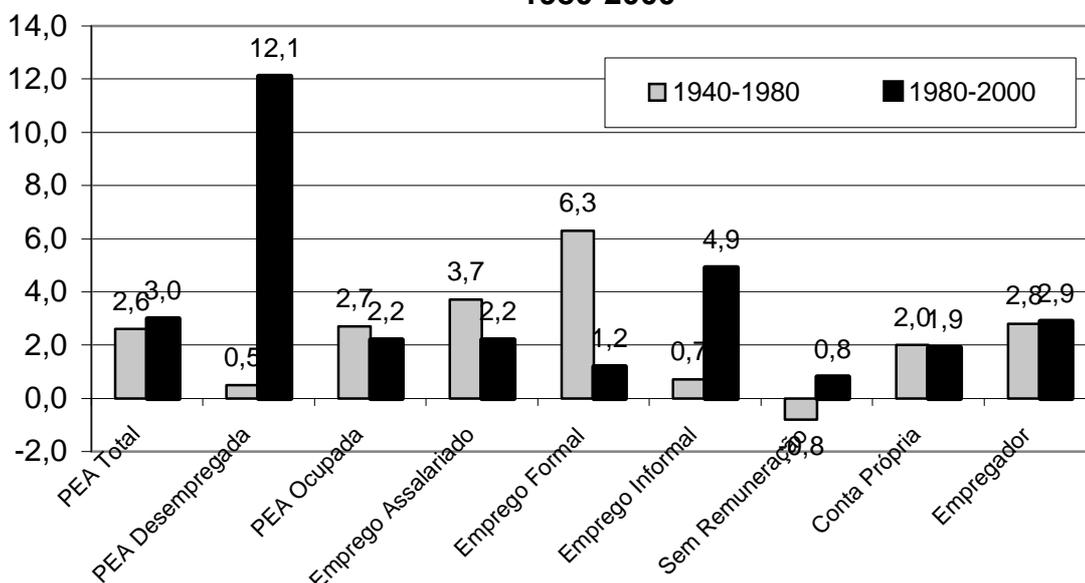
O mercado de trabalho brasileiro é tipicamente caracterizado como subdesenvolvido, com grande excedente de mão-de-obra. No entanto, entre 1940 e 1980, com o processo de industrialização e urbanização, houve uma estruturação desse mercado. O crescimento das ocupações acompanhou o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) (ver Gráfico 1). Desse modo, o desemprego aberto não se constituiu como um grave problema no período, a não ser nos momentos de recessão. Ao mesmo tempo, o emprego assalariado cresceu 3,7% ao ano. Com isso, partindo-se de uma taxa de assalariamento de 44,8% das ocupações em 1940, chegou-se a 1980 com essa taxa em um nível de 66,4%. Desse emprego assalariado, o formal ou com registro cresceu a uma taxa média de 6,3% ao ano, enquanto o informal cresceu a apenas

0,7% ao ano. Como consequência, para cada dez ocupações geradas, oito foram assalariadas, sendo sete formais (POCHMANN, 1999). Desse modo, houve um grande crescimento do segmento organizado do mercado de trabalho, ou uma estruturação desse mercado, tendo isso ocorrido como resultado do forte crescimento do setor industrial e do processo de urbanização.

Essa estruturação, no entanto, foi incompleta, ficando muito aquém de um padrão de países desenvolvidos. Além disso, o grande crescimento econômico médio, apesar de ter gerado muitas e melhores ocupações, não resolveu os problemas de desigualdade. Ao contrário, essa inclusive cresceu. O índice de Gini, por exemplo, registrou piora na distribuição de renda. Por isso, houve críticas tanto de setores liberais, que queriam menor participação do Estado na economia, quando por parte da esquerda, que queria avançar o processo de distribuição de renda. Percebia-se que o crescimento econômico não era suficiente para gerar desenvolvimento social. A esquerda reivindicava, portanto, uma ação mais efetiva do Estado no sentido de distribuir os frutos do crescimento econômico.

Depois de 1980, o mercado de trabalho, que se tinha estruturado de forma incompleta, passou por um processo de desestruturação. Entre 1980 e 2000, a PEA cresceu a 3,0% ao ano, em média, e a ocupação elevou-se em apenas 2,2% ao ano. Com isso, a desocupação cresceu muito. O emprego assalariado também cresceu abaixo da taxa de crescimento da PEA e, ao contrário do período anterior, o emprego formal cresceu muito pouco, enquanto as ocupações informais cresceram fortemente. Além disso, as ocupações sem remuneração voltaram a crescer.

Gráfico 1- Taxas médias anuais de variação da PEA, da condição de ocupação e do desemprego entre 1940-1980 e 1980-2000



Fontes: IBGE (Censos Demográficos) e POCHMANN (1999)

O período posterior a 1980 não apresentou uma dinâmica homogênea. Pode-se argumentar que, enquanto os anos 1980 foram de estagnação do processo de estruturação do mercado de trabalho, de 1990 em diante houve um processo de desestruturação desse mercado. Por exemplo, a taxa de subutilização da mão-de-obra¹ reduziu-se de 49,7% em 1940 para 28,3% em 1980, caracterizando a estruturação do mercado de trabalho (ver Gráfico 2). Em 1991, esse indicador foi de 28,8%, tendo ocorrido um retrocesso nos anos 1990, pois o valor subiu para 34,5% em 2000. A taxa de subutilização é um indicador de ocupações determinadas por estratégia de sobrevivência, e não por demanda capitalista ou do Estado. Desse modo, o mercado de trabalho brasileiro funciona atualmente com cerca de dois terços da PEA ocupados por demanda capitalista ou do Estado e um terço da PEA ocupados por estratégias de sobrevivência.

A taxa de informalidade² apresentou uma grande redução entre 1940 e 1980 (para quase a metade do valor inicial), mas posteriormente avançou de

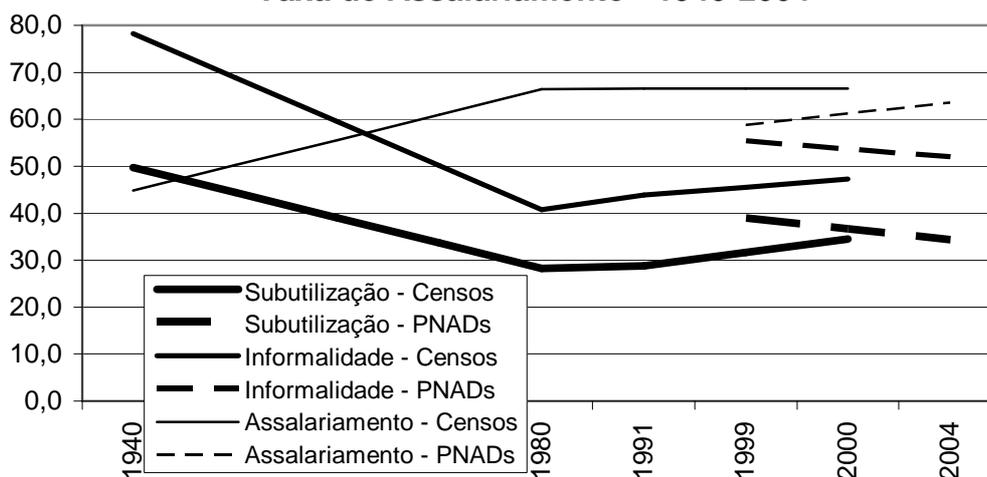
¹ Relação entre trabalhadores desempregados, não remunerados e 80% dos ocupados por conta própria com a PEA. Adotou-se esse critério porque o Censo Demográfico de 2000 indicou que apenas cerca de 20% dos ocupados por conta própria contribuem para a Previdência Social.

² Relação entre trabalhadores empregados sem registro formal, não remunerados e 80% dos ocupados por conta própria com o total dos ocupados.

cerca de 40% para quase 50% (ver Gráfico 2). Isso também mostra que a precarização no mercado de trabalho, que estava diminuindo, apesar de continuar em patamar muito elevado, piorou depois da Era Desenvolvimentista. De outra parte, a Taxa de Assalariamento³ estagnou-se em cerca de dois terços dos ocupados, depois de crescer substancialmente entre 1940 e 1980.

No período recente, entre 1999 e 2004, segundo dados das PNADs, para as Regiões Metropolitanas, houve uma melhora dos indicadores⁴. Isso se deve principalmente a uma excepcional geração de empregos assalariados nesses anos (mais de dez milhões), principalmente com carteira de trabalho, a uma redução importante do número de trabalhadores não remunerados e a uma diminuição da proporção de trabalhadores por conta própria e do desemprego.

Gráfico 2- Taxa de Subutilização, Taxa de Informalidade e Taxa de Assalariamento - 1940-2004



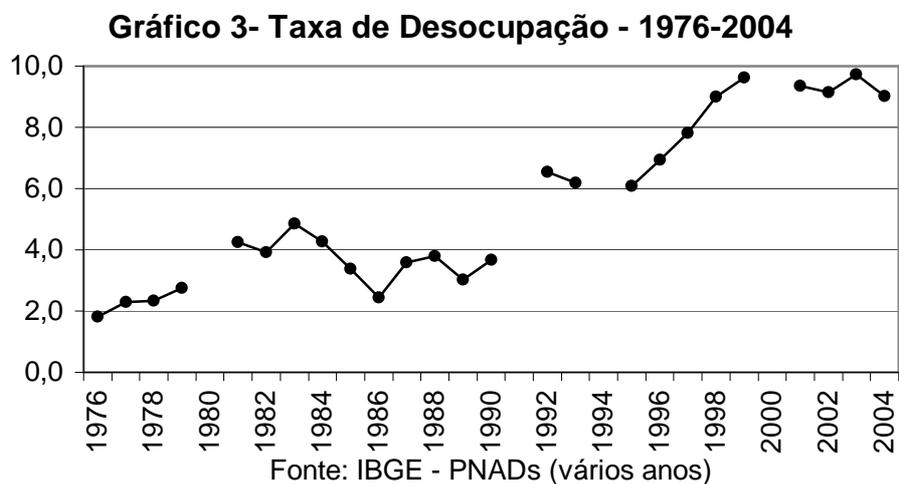
Fontes: IBGE (Censos Demográficos e PNADs) e POCHMANN (1999)

Por outro lado, a taxa de desocupação cresceu substancialmente apenas após 1990 (ver Gráfico 3). Na década de 1980 houve um comportamento cíclico da taxa de desemprego, de forma que, nas recessões, o desemprego aumentava, mas nas retomadas econômicas a ocupação crescia substancialmente, recuperando as perdas anteriores. Nos anos 1990 esse padrão

³ Relação entre os empregados assalariados e o total dos ocupados.

⁴ As diferenças de patamares devem-se às distintas metodologias e âmbitos geográficos e também ao fato de que não foram computados para os Censos, por problemas de comparabilidade, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

se alterou, pois mesmo nas retomadas o desemprego não voltou aos patamares anteriores às recessões. Desse modo, a taxa cresceu de valores entre 2% a 4% nos anos 1980 para um nível próximo de 10% nos anos 2000.



A ocupação na economia brasileira, nos anos 1980, aumentou paralelamente à PEA, de modo que o número de desempregados cresceu relativamente pouco e a taxa de desocupação inclusive diminuiu, entre 1981 e 1990 (ver Tabela 1). No entanto, de 1990 a 2004, a PEA aumentou em cerca de 1,9 milhão de pessoas por ano (2,5% ao ano), em média, enquanto a ocupação cresceu apenas 1,5 milhão por ano (2,1%) e, em consequência, o número médio de desocupados cresceu em mais de 400 mil pessoas anualmente, tendo, com isso, o número de desocupados passado de 2,4 milhões para 8,2 milhões nesses quatorze anos, revelando a incapacidade estrutural dessa economia em gerar ocupações para todos.

Tabela 1- Evolução da PEA, da Ocupação e da Desocupação – 1981-2004

Anos	PEA	Ocupados	Desocupados	Taxa de Desocupação
1981	47.488.526	45.465.410	2.023.116	4,3%
1990	64.457.981	62.100.499	2.357.482	3,7%
2004	91.035.164	82.816.911	8.218.253	9,0%

Crescimento médio anual:

1981-1990	1.885.495	1.848.343	37.152	
1990-2004	1.898.370	1.479.744	418.627	

Varição média anual:

1981-1990	3,5%	3,5%	1,7%	
1990-2004	2,5%	2,1%	9,3%	

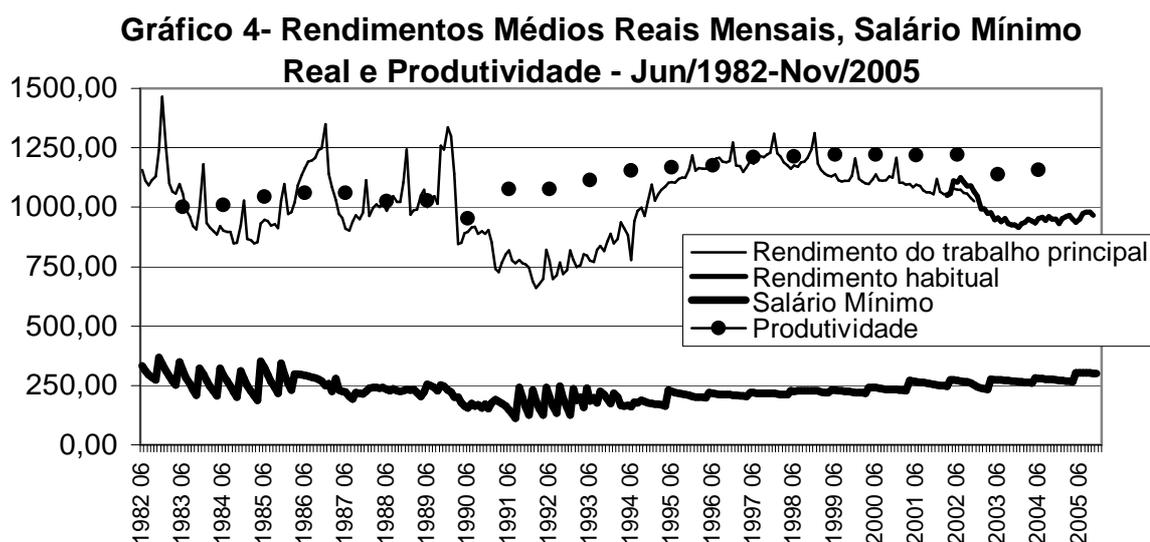
Fonte: IBGE - PNADs (vários anos)

A evolução dos rendimentos reais desde o final da Era Desenvolvimentista apresenta um comportamento cíclico e com tendência estagnada (ver Gráfico 4). Em 2005 os rendimentos médios reais (R\$ 960,00 até outubro, equivalentes a aproximadamente US\$ 420,00) eram inclusive um pouco inferiores aos vigentes em 1982. Depois de fortes oscilações nos anos 1980, período de alta inflação e ciclos do produto, no início dos anos 1990 uma grande recessão reduziu muito os rendimentos. Com a recuperação econômica, seguida do Plano Real, reduzindo fortemente a variação do nível de preços, os rendimentos recuperaram-se até 1997, quando esse último efeito sobre a renda real esgotou-se. De 1998 em diante ocorreram seis anos de reduções sistemáticas de rendimentos. Esse fraco desempenho, no longo prazo, é resultado das baixas taxas de crescimento econômico, da pequena variação da produtividade média, do alto desemprego e do grande excedente estrutural de mão-de-obra, que reduzem fortemente a possibilidade de ganhos reais de salários e de transferências de ganhos de produtividade aos salários, mesmo que pequenos.

Uma estimativa indica que a produtividade do trabalho cresceu apenas 15,7% nos vinte e um anos entre 1983 e 2004 (0,7% ao ano, em média), enquanto os rendimentos médios reduziram-se nesse mesmo período em 9,8% (-0,5% ao ano), em termos reais. Desse modo, existe uma tendência estrutural à concentração de renda, tendo em vista a fraca intervenção do Estado em um mercado de trabalho fortemente liberal. A produtividade apresentou grande

crescimento apenas na primeira metade dos anos 1990, justamente o período de aumento do desemprego estrutural, mas também quando os rendimentos médios recuperaram-se fortemente (ver Gráfico a seguir). Esse comportamento aparentemente contraditório, com aumentos salariais em um período de forte crescimento do desemprego, talvez possa ser explicado pelo fato de que ocorreu maior desemprego entre trabalhadores de baixa renda, provocando um efeito estatístico de aumento da média.

O salário mínimo apresentou comportamento de queda nos anos 1980, e uma posterior recuperação consistente, ao contrário das rendas médias, principalmente a partir do Plano Real. Entre 1994 e 2005 (até novembro) o seu crescimento real foi de 61,3%, com uma política lenta, mas sistemática de aumentos.



Fontes dos dados brutos: IBGE-PME (2006) e IPEADATA (2006)

Valores em R\$ de novembro de 2005, deflacionados pelo IPCA ou INPC (Salário Mínimo)

Produtividade: Índice de 1983 = 1000

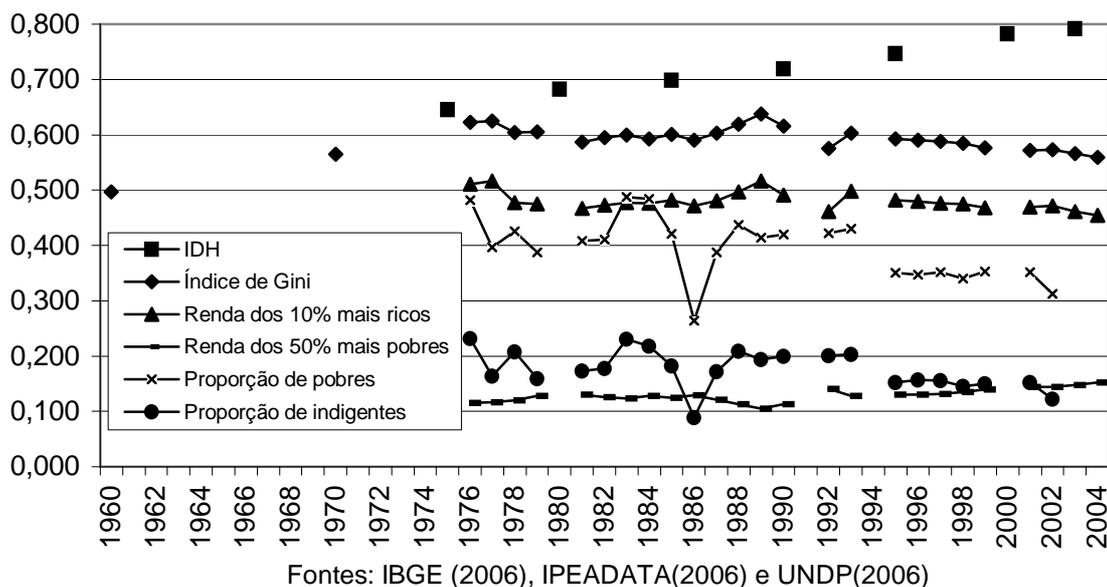
Vários indicadores sociais mostram melhora nos anos 1990 (ver Gráfico 5). Uma forte crítica ao modelo da Era Desenvolvimentista foi justamente derivada da não resolução dos problemas sociais, apesar das melhorias no mercado de trabalho. Contraditoriamente ao que se poderia esperar, os avanços sociais dos anos 1990 ocorrem justamente em uma década de adoção de políticas econômicas liberais e de uma maior ênfase em políticas sociais de cunho

liberal (ou de focalização). No entanto, esse resultado foi determinado, entre outros motivos, por um grande aumento do gasto social provocado pelo processo de redemocratização e pelas novas normas da Constituição de 1988, que não foi liberal. Estados e municípios, em geral, aumentaram muito seus gastos sociais, principalmente em políticas de caráter universalizante. Ou seja, os avanços sociais foram provocados por uma maior (e não menor) intervenção estatal. Com esse aumento do gasto social, era de se esperar uma melhoria ainda mais significativa no período recente, inclusive. Isso provavelmente não está ocorrendo devido ao fraco desempenho do mercado de trabalho e da pequena intervenção do Estado no sentido de regular esse mercado. Além disso, é claro que políticas de emprego ativas ou passivas têm baixa eficiência, isoladamente, em um contexto de pequeno crescimento econômico, fraco desempenho tecnológico e políticas macroeconômicas ortodoxas com foco deslocado do emprego e renda.

Por outro lado, depois do Plano Real, os aumentos reais do salário mínimo, com importantes impactos sobre os trabalhadores sem registro e sobre a Previdência Social, também produziram melhorias sociais. Além disso, contribuíram significativamente para esse resultado o barateamento relativo dos preços dos alimentos, o avanço da escolarização, uma grande expansão dos programas de assistência social⁵ e de benefícios previdenciários e o crescimento substancial da economia e do emprego em alguns momentos, como em 2004.

⁵ Os gastos com quinze programas de transferência de renda e geração de trabalho teriam correspondido a 1,75% do PIB em 1995 e a 2,46% do PIB em 2003, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social. A meta para 2006 com o programa Bolsa-Família (para famílias com renda de até R\$ 100,00 mensais) era atingir 11,2 milhões de famílias (tendo sido atingidos 8,7 milhões de famílias em 2005), com dotação orçamentária de R\$ 8,7 bilhões ou uma média mensal de R\$ 65,00 por família (CONSTANTINO, 2006).

Gráfico 5- Indicadores Sociais - 1960-2004



Conclusões

Uma explicação liberal para a mudança de comportamento do mercado de trabalho nos anos 1990 é a de que a nova Constituição de 1988 teria gerado maior rigidez no mercado de trabalho. No entanto, vários processos desestruturantes já estavam antes em curso, como o fim da Era Desenvolvimentista e a forte redução dos investimentos estatais. Por outro lado, o processo somente não foi pior nos anos 1980 devido ao fato de que o emprego público elevou-se substancialmente nesses anos. Além disso, estudos mostram que o mercado de trabalho brasileiro é altamente flexível, o que pode ser constatado pelos grandes níveis de rotatividade no emprego. Os salários são, em geral, muito baixos, e a participação da massa salarial no PIB é pequena. Os encargos sociais são de 53,9%, em relação aos salários contratuais, mas, excluindo-se as parcelas que em realidade também são custos salariais, os encargos efetivos baixam a 25,1% (POCHMANN, 1999, p. 170; BALTAR, 1998b, p. 157). Além disso, os custos de demissão também são baixos. Portanto, a proposta de aumentar ainda mais a flexibilidade no mercado de trabalho para gerar mais competitividade e empregos tem fraca base empírica. Por outro lado, como os empregos dependem da demanda efetiva, essa proposta tende a gerar apenas menores padrões laborais.

A idéia de que a informalização no mercado de trabalho é necessariamente negativa também é contestada por autores liberais, que destacam uma dinâmica positiva nesse processo. Ou seja, caso não ocorresse essa geração de ocupações, a taxa de desemprego seria muito mais elevada. Desse modo, a forte geração de ocupações informais seria uma demonstração de funcionamento eficiente do mercado de trabalho. No entanto, a qualidade das ocupações geradas deve ser levada em conta para avaliar-se a eficiência de um sistema econômico. De outra parte, liberais destacam que muitas ocupações geradas desse modo não são efetivamente precárias. Ao contrário, estariam sendo geradas muitas ocupações de padrão elevado (como autônomos, por exemplo). De fato, ocorreu um aumento da criação de ocupações ou contratações flexibilizadas que não podem ser confundidas com as informais tradicionais. No entanto, mesmo que esse dado seja relevante, o volume do setor informal tradicional crescente ainda é muito superior, o que, somado ao grande aumento da taxa de desemprego aberto, indica um alto grau de precarização no mercado de trabalho.

Enquanto na Era Desenvolvimentista (1930-1980) o PIB brasileiro cresceu em média, em termos reais, a 6,3% ao ano e o PIB per-cápita a 3,8%, de 1981 a 2004 o PIB cresceu em média apenas a 2,1% e o PIB per-cápita a 0,3%. Os últimos vinte e cinco anos constituem uma nova “Era” ou um novo padrão de desenvolvimento, pois a evolução econômica de um quarto de século não pode ser explicada apenas como resultante de sucessivos choques exógenos. Por outro lado, culpar o FMI ou a globalização também não parece adequado, pois o Brasil tem crescido menos que a média mundial, e vários países em condições semelhantes (não desenvolvidos) têm apresentado desempenho substancialmente superior ao do Brasil. No período que se inicia em 1981, houve uma sucessão de crises (dívida externa, alta inflação e outras), um processo de abertura econômica ao exterior (produtiva e financeira), reestruturação produtiva, privatizações, um processo bem sucedido de controle da inflação que pressupôs o uso de políticas cambiais, monetárias e fiscais com esse fim (e não anticíclicas) e liberalização econômica em geral. Houve uma tendência de redução da taxa total de investimentos, causada fundamentalmente pela redução dos investimentos públicos derivada de cortes de gastos e do processo de privatizações. Essa tendência, que gerou menores taxas de crescimento

econômico, foi provocada nos anos 1980 pela crise econômica do Estado, mas na década de 1990 foi também provocada pela opção por uma inserção liberal do Estado na economia. De outra parte, houve a interrupção do processo de planejamento econômico que havia sido construído anteriormente, e uma centralidade nas políticas de curto prazo. Isso, em conjunto, representou o fim da Era e do Estado Desenvolvimentistas.

De outra parte, a baixa capacidade de geração tecnológica no Brasil levou a que as forças de expulsão de mão-de-obra fossem superiores às de atração, no processo de reestruturação produtiva (LABINI, 1984). O problema no emprego, desse modo, poderia ser explicado pela forma de inserção passiva do Brasil no processo de modernização tecnológica. No entanto, as taxas médias de crescimento da produtividade do trabalho e do capital foram relativamente baixas no período. Não cabem, portanto, idéias como de “desaparição do trabalho” ou “fim dos empregos”. Desse modo, a performance econômica e do mercado de trabalho deve ser mais creditada ao fraco desempenho da demanda e da oferta agregadas causadas pelo esgotamento e não criação de um novo padrão de políticas e Estado desenvolvimentistas.

O mercado de trabalho brasileiro possui um estoque de desempregados de cerca de 8,2 milhões de pessoas (dado de 2004), e existe um grande excedente de mão-de-obra no setor informal (aproximadamente 50% dos ocupados). Esse setor não organizado é composto por ocupações criadas em grande parte como estratégias de sobrevivência e não como demanda capitalista. Essa realidade mostra que, em termos do mercado de trabalho, o subdesenvolvimento não só está longe de ser superado, como em alguns aspectos está inclusive aumentando, com a incapacidade de geração de ocupações produtivas para as pessoas que entram no mercado de trabalho todos os anos.

Desse modo, o padrão de desenvolvimento atual tem demonstrado já por vinte e cinco anos não ter capacidade de gerar ocupações suficientes para a força de trabalho, retratando o caráter atrasado da economia brasileira. Portanto, somente a mudança desse modelo pode retomar o caminho da superação do subdesenvolvimento, com a eliminação da pobreza e a construção de um mercado de trabalho que permita a inclusão social de toda a população. A População em Idade Ativa (PIA) da economia brasileira era de 70,4% do total da

população em 1940 e de 74,1% em 1980, chegando a 81,1% em 2004. Com a queda da taxa de natalidade aumentou muito a PIA, e essa população ainda não envelheceu. Portanto, o Brasil está passando por uma “janela de oportunidade”, com grande volume de pessoas com capacidade produtiva. Nesse sentido, é lamentável que essa oportunidade esteja sendo desperdiçada.

A esquerda teve razão em criticar o modelo desenvolvimentista como insuficiente para gerar melhor distribuição de renda, por exemplo. No entanto, o crescimento econômico é necessário, apesar de ser insuficiente, para gerar essas melhorias sociais. Ao optar, presentemente, por políticas macroeconômicas liberais, políticas sociais compensatórias e políticas meramente microeconômicas de emprego, a social-democracia e o Governo Lula abriram mão quase totalmente da ação estratégica do Estado como planejador, investidor e regulador do mercado de trabalho. Nesses três sentidos, o Estado brasileiro hoje é um Estado mínimo. Políticas macroeconômicas de estabilização, políticas microeconômicas ou reformas liberais e políticas sociais focalizadas nunca geraram, na experiência internacional, superação do subdesenvolvimento. Ao contrário, nos períodos liberais a economia brasileira sempre cresceu pouco e teve fraco desempenho no mercado de trabalho e, portanto, também em termos sociais (DATHEIN, 2004). Certamente, em casos isolados, como no ano de 2004, a economia pode crescer substancialmente. No entanto, para que o Brasil tenha crescimento sustentável e para existirem perspectivas de superação do subdesenvolvimento, são necessárias políticas de desenvolvimento, com uma ação planejadora por parte do Estado, acrescidas de estratégias de inclusão social que significam a criação de um mercado de consumo de massas, o que só pode ser feito com um grande salto democrático na sociedade, visando sua inclusão política.

Bibliografia

BALTAR, P. (1998a): “Crise contemporânea e mercado e trabalho no Brasil”. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.): *Economia & Trabalho: textos básicos*, IE/UNICAMP, Campinas.

_____ (1998b): “Regime de trabalho e flexibilidade no Brasil”. In: OLIVEIRA, M. A. (Org.): *Economia & Trabalho: textos básicos*, IE/UNICAMP, Campinas.

CONSTANTINO, L. (2006): “Governo pode reduzir meta do Bolsa-Família para este ano”, *Folha de São Paulo*, 08/01/2006, p. A4.

DATHEIN, R. (2003): "O debate sobre as alternativas e as perspectivas econômicas no Brasil do Governo Lula", *III Colóquio de Economistas Políticos de América Latina*, Buenos Aires.

_____ (2004): "O Brasil na Era do Ajustamento", *Fourth International Marx Congress*, 2004, <http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/index4.htm>, Paris.

IBGE (2003): *Estatísticas do Século XX*, IBGE, Rio de Janeiro.

_____ (2006): www.ibge.gov.br. Acesso em: janeiro de 2006.

_____ (Vários anos): *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores*, IBGE, Rio de Janeiro.

_____ (Vários anos): *Censos Demográficos*, IBGE, Rio de Janeiro.

IPEADATA (2006): www.ipeadata.gov.br. Acesso em: janeiro de 2006.

LABINI, P. S. (1984): *Oligopólio e Progresso Técnico*, Abril Cultural, São Paulo.

OLIVEIRA, C. A. B. et al. (Orgs.) (1994): *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*, Scritta, Cesit/Unicamp e Ministério do Trabalho/PNUD, São Paulo.

PAMPLONA, J. B. (2001): *Erguendo-se pelos Próprios Cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*, Germinal, São Paulo.

POCHMANN, M. (1999): *O trabalho sob fogo cruzado*, Contexto, São Paulo.

_____ (2001): *O emprego na globalização*, Boitempo, São Paulo.

_____ (2004): "Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites", *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, IPEA e MTE, n. 24, ano 9, agosto, Brasília.

UNDP (2006): www.undp.org/hdro, Acesso em: janeiro de 2006.